



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

1
2
3

1 Ao vigésimo quinto dia do mês de julho de dois mil e dezenove, às treze horas e trinta
2 minutos, no salão de reuniões da Paróquia Santa Terezinha de Lisieux, situado à Av.
3 Marginal Direita, 958 - Santa Terezinha, Colombo - PR. Deu-se início a Reunião Ordinária
4 do **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS, MIGRANTES, E**
5 **APÁTRIDAS – CERMA**, fizeram-se presentes, conforme convocação os conselheiros
6 **Titulares Governamentais:** João Guilherme De Mello Simão (SEJUF-DEDIF) e Joice
7 Barbaresco (SEED) **Titulares da Sociedade Civil:** Marcia Terezinha Ponce (Cáritas
8 Regional Paraná), Juliana Mara da Silva (CRESS), Deusa Rodrigues Favero (Caritas
9 Londrina), Andressa Gongora (Aras Maringá), Ana Sofia Guerra (CRP), Cassiana Kreher
10 (SOS Aldeias Infantis), Isadora de França Lopes (Suplente - Aras Maringá), Marcos
11 Vinicius Regazzo (Suplente – Caritas Regional Paraná) e Sara Otazu Cantie (Suplente –
12 Pastoral do Migrante Curitiba) **Representantes:** Dra. Aieda Muhieddine (Comissão
13 Direitos Humanos OAB-PR) Dra. Lina Tieco Doi (Comissão Direitos Humanos OAB-PR),
14 Nerissa Krebs Farret (OIM/ONU), Alessandra Maranhão (Pref. Mun. de Pinhais),
15 Madalena Querino de Jesus (Pref. Mun. de Campo Largo), Renata Schotten (Pref. Mun.
16 de Campo Largo), Raul Cesar de Moraes (Pref. Mun. de Colombo), Daniela Silva (Pref.
17 Mun. de Piraquara), Andrea Gabilah (Pref. Mun. de São José dos Pinhais), Maria da S.
18 Souza (Pref. Mun. de Colombo), Juliana Viana (Pref. Mun. de Colombo) e Lucas Duarte
19 (Cáritas Regional Paraná).

20 As treze horas e trinta minutos deu-se início a plenária com momento aberto a presença
21 dos representantes das prefeituras. Houve a aprovação da pauta da reunião. Se fizeram
22 presentes na reunião, representantes dos municípios da região metropolitana de Curitiba,
23 respectivamente, Almirante Tamandaré, Pinhais, São José dos Pinhais, Campo Largo,
24 Piraquara e Colombo. Os mesmos foram convidados por ofício pela secretaria-executiva
25 para ir a reunião fazer um relato das suas experiências com os migrantes, demandas e
26 dificuldades. O primeiro ponto de pauta foi a leitura dos informes da secretaria-executiva e
27 justificativas de ausência. Não houve justificativas de ausência. Foi comentado uma vez
28 mais as faltas injustificadas de alguns conselheiros governamentais e da sociedade civil, e
29 a preocupação com a ausência recorrente da Comunidade de Nigerianos que poderá
30 perder a sua cadeira. A mesa diretiva reiterou a dificuldade em retomar alguns assuntos
31 quando não há as atas para fazer lembrança das reuniões, e solicitou diligência para
32 providenciar as atas em atraso. Também foi comentado que a reunião deveria ter sido
33 gravada para facilitar este trabalho. O segundo ponto de pauta foi um relato sobre o
34 Fórum de Empregabilidade promovido pela OIM, ACNUR Rede Brasil para o Pacto Global
35 e FIEP no dia dois de julho no Campus da Indústria em Curitiba. Foi comentado que o
36 setor privado é um parceiro fundamental em distintos setores temáticos. Entre eles, no
37 combate à exploração laboral, na integração e no intercâmbio de experiências no
38 mercado de trabalho, como reconhecer habilidades de pessoas refugiadas e migrantes e



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

os benefícios da integração dessa mão-de-obra qualificada. Adicionalmente, o ingresso dos migrantes no mercado de trabalho contribui para a promoção da inovação, ampliando a diversidade e dialogando com o desenvolvimento sustentável, econômico e social, além da contribuição com a Agenda 2030 e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da ONU. Para responder a demanda sobre mais informações de contratação e listar alguns resultados da contratação de pessoas refugiadas por empresas de diferentes portes e segmentos, o fórum de Curitiba contou com o lançamento regional da Plataforma Empresas com Refugiados. No site, que reúne experiências de empresas com refugiados, é possível encontrar guias informativos sobre contratações de migrantes. O evento contou com massiva participação da sociedade civil e de migrantes. Presentes no Fórum estavam também dois haitianos que conseguiram trabalho a partir de cursos oferecidos pelo Sistema Fiep e compartilharam a sua experiência. Na programação do encontro, a (OIM) também promoveu a oficina “Como Contratar Migrantes em Situação de Vulnerabilidade na sua Empresa” para esclarecer mitos e tirar dúvidas sobre o processo de contratação, prestação de assistência, documentação, além dos benefícios e a importância do processo de integração e da diversidade para o desenvolvimento de estratégias corporativas. O terceiro ponto de pauta foi a leitura do ofício enviado pela OIM solicitando ser membro observador do CERMA. Os presentes deram consentimento unânime, porém a decisão precisou ser postergada por falta de quorum. O quarto ponto de pauta foi um breve relato do PL 340/2018 que está tramitando na Assembleia Legislativa do Paraná, que trata da inclusão dos migrantes como público específico para executar projetos e ações dentro do Plano Estadual de Combate à Pobreza – FECOP. O projeto está tramitando com boas chances de aprovação e abrirá muitas possibilidades de projetos para assistência aos migrantes. O quinto ponto de pauta foi o relato dos municípios presentes sobre suas experiências com migrantes. O município de São José dos Pinhais relatou ter uma grande presença de Haitianos, Venezuelanos e Cubanos e mais 26 nacionalidades, tendo atendido no âmbito da Assistência Social 726 migrantes no total. O município de Pinhais relatou ter atendido até o momento no período de 2019, 807 migrantes, sendo mais de 60% migrantes oriundos do Haiti. O município de Campo Largo relatou ter feito no âmbito da Assistência Social o atendimento a 90 migrantes, sobretudo de venezuelanos. O Município de Colombo não trouxe os dados exatos sobre atendimento mas relatou que através dos CRAS e da relação com a Paróquia Santa Terezinha do Guaraituba, tem feito o atendimento aos migrantes venezuelanos. Os municípios de Almirante Tamandaré e Piraquara não fizeram relatos. Foi unânime entre os relatos as situações de dificuldade e peculiaridades vividas pelos CRAS dos municípios. As demandas que se apresentam quase sempre encontram limite de competência ou escassez de recursos para atender situações que na sua grande maioria estão contempladas pelos benefícios eventuais. Os recursos destinados para essa finalidade geralmente acabam no primeiro semestre do ano, e são justamente objeto das demandas



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS**

7
8
9
78 dos migrantes. Foi debatido da possibilidade de buscar, através da apresentação de
79 planos com dados bem fundamentados, viabilizar junto as prefeituras, recursos e
80 programas que possam atender estas demandas dos migrantes. Porém o ponto de
81 discussão é que é fundamental coletar e detalhar os dados obtidos do atendimento e levar
82 de baixo para cima na ordem estrutural e hierárquica das secretarias municipais, para
83 poder justificar estas necessidades. Foi comentado também que o Governo do Estado
84 precisa estar mais atento e colaborar com os municípios, dividindo esta responsabilidade
85 que é de todos. O Estado do Paraná articula ações sobre migração através do CERMA,
86 mas a execução dos serviços é municipal, por isso, é preciso repassar recursos para as
87 prefeituras. Os conselheiros da sociedade civil se disponibilizaram a fornecer assessoria e
88 ajuda as secretarias para organizar e pensar estes planos de ação para migrantes. O
89 conselho também se disponibilizou a oferecer capacitação para os funcionários públicos.
90 Foi comentado da necessidade de se criar um protocolo para o Estado, parecido ao
91 programa Família Paranaense, para atender os migrantes, e que seja um modelo
92 parecido ao programa de interiorização dos migrantes venezuelanos, executado pelo
93 Governo Federal. Foi feita uma breve explicação sobre a Operação Acolhida. Foi
94 comentado também sobre a importância de mobilizar para a criação de redes e de um
95 conselho municipal. Hoje no Paraná não há nenhum conselho municipal dos direitos dos
96 migrantes. Encerrada a discussão a reunião ordinária foi terminada. Na parte da noite
97 foram recebidos pelo conselho, migrantes venezuelanos presentes no município de
98 Colombo. Duas situações estão entre as grandes problemáticas relatada pelos presentes.
99 Uma delas é que em Roraima não há um relato da situação nos Estados e o Paraná é
100 informado como um estado de muitas oportunidades, e ao parecer a realidade é um
101 pouco mais difícil do que se pensa, para tal foi sugerido repassar ao comando da
102 Operação Acolhida sobre como melhor informar sobre os destinos. Também melhorar a
103 informação sobre documentação já a partir de Roraima. A segunda e maior dificuldade
104 que foi relatada foi o acesso ao trabalho. Muitas são as dificuldades: falta de emprego,
105 exigências complexas nas vagas, reconhecimento de escolaridade e qualificação pelas
106 instituições, a falta de qualificação e como melhor se apresentar numa entrevista. Para
107 tanto foram deliberadas três ações: A SEED conversará com o SENAI Colombo sobre a
108 questão do acesso à qualificação dos migrantes sem exigir qualificação e estudo da
109 Venezuela, pela dificuldade do reconhecimento de diplomas, que é uma questão
110 complexa e demorada. Foi celebrado entre a Prefeitura de Colombo, na pessoa da
111 Secretaria de Assistência Social Maria da Silva Souza, pela Mesa Diretiva do CERMA e
112 pela OIM da realização de uma oficina de empregos. Para isto foi decidido envolver o
113 Departamento do Trabalho da SEJUF e a Associação Comercial de Colombo. Também foi
114 deliberado que a SEJUF através do DEDIF conversará com o CIEE para oferecer uma
115 oficina de entrevista para os migrantes para aperfeiçoamento nas entrevistas de trabalho.
116 Foi encerrada a reunião as vinte uma hora e trinta minutos. Nada mais havendo a tratar,



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

10 **DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA**

11 **COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS**

12

117 foi lavrada a presente ata, por mim, conselheiro João Guilherme de Mello Simão, que
118 após lida por todos os conselheiros, será aprovada em plenária.